

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 14, número 1 (2023)

ISSN: 2177-2886

Diálogo
Movimentos
Sociais

Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

*Dossier sobre Muertes y Violencia Contra LGBTI+ en
Brasil en 2021: Un Análisis de la Dimensión Espacial
de la Violencia*

*Dossier on Deaths and Violence Against LGBTI+ in
Brazil in 2021: An Analysis of the Spatial Dimension of
Violence*

Maria Helena Lenzi

Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
prenom.marie@gmail.com

Tiago Cargnin Gonçalves

Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
tiagocargnin@gmail.com

Alexandre Bogas Fraga Gastaldi

Acontece Arte e Política LGBTI+ - Brasil
alebogas@gmail.com

Como citar este artigo:

LENZI, Maria Helena; GONÇALVES, Tiago Cargnin; GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga. Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 228-244, 2023. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

Dossier sobre Muertes y Violencia Contra LGBTI+ en Brasil en 2021: Un Análisis de la Dimensión Espacial de la Violencia

Dossier on Deaths and Violence Against LGBTI+ in Brazil in 2021: An Analysis of the Spatial Dimension of Violence

Resumo

Este trabalho apresenta o "Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2021", com destaque para a sua dimensão espacial. Os dados utilizados no Dossiê foram produzidos por meio de notícias publicadas na mídia e, quando necessário, complementados por fontes alternativas. Foi realizado um esforço de representação cartográfica das mortes, expressas em três escalas de análise (municipal, estadual/distrital e macrorregional). A elaboração do Dossiê teve como principal desafio a ausência de informações governamentais, de modo que se faz necessário evidenciar as dificuldades encontradas na produção e na divulgação dos dados elaborados, a fim de garantir maior consistência e fidedignidade das análises sobre as mortes violentas de LGBTI+ no Brasil.

Palavras-Chave: Mortes violentas; LGBTI+; LGBTIfobia; Distribuição espacial.

Resumen

Este trabajo presenta el "Dossier de Muertes y Violencias contra LGBTI+ en Brasil en 2021", enfatizando su dimensión espacial. Los datos utilizados en el Dossier fueron elaborados a partir de noticias publicadas en los medios de comunicación y complementados con fuentes alternativas, si necesario. Para la representación cartográficamente las muertes hubo un esfuerzo, se las expresó en tres escalas de análisis (municipal, estatal/distrital y macrorregional). El principal desafío de la elaboración del Dossier fue la ausencia de información gubernamental, por lo que es necesario resaltar las dificultades encontradas en la producción y difusión de los datos elaborados, a fin de garantizar una mayor consistencia y confiabilidad de los análisis sobre las muertes violentas de LGBTI+ en Brasil.

Palabras-Clave: Muertes violentas; LGBTI+; LGBTIfobia; Distribución espacial.

Abstract

This work presents the "Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2021", highlighting its spatial distribution. The data used in the Dossier were produced through news published in the media and, when necessary, supplemented by alternative sources. An effort was made to map the deaths, expressed on three scales of analysis (municipal, state/district and macro-regional). The main challenge for the preparation of the Dossier was the absence of government information, so this study highlights the difficulties encountered in the production and dissemination of the elaborated data to guarantee greater consistency and reliability to the analyses of violent deaths of LGBTI+ in Brazil.

Keywords: Violent deaths; LGBTI+; LGBTIphobia; Spatial distribution.

Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi

229

Introdução

Este texto apresenta o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2021. O trabalho foi elaborado pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil¹, que é formado por três organizações: a *Acontece – Arte e Política LGBTI+* (Acontece); a *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (Antra); e a *Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos* (ABGLT). O Dossiê contou com a participação das pessoas autoras deste texto e é resultado de uma produção coletiva de sistematização de dados sobre as mortes violentas sofridas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans, não binárias e demais dissidências sexuais e de gênero.

Segundo o Dossiê, em 2021, foram constatadas 316 mortes violentas de pessoas LGBTI+ no Brasil. O levantamento evidenciou que essas violências fazem parte de um contexto de LGBTIfobia estrutural, que pode ser definida como discriminação, aversão ou ódio, de conteúdo individual ou coletivo, baseado na consideração de inferioridade das pessoas LGBTI+ em relação à heterocisnormatividade. A LGBTIfobia estrutural implica ausência de medidas e ações que incluam essa população em políticas públicas, propagando a exclusão, a violência e a negação de direitos, especialmente dos direitos fundamentais, como a própria vida.

O Dossiê adotou o termo “mortes violentas” para tratar o conjunto dos diferentes tipos de mortes analisadas. Além dos casos explícitos de ódio e violência, como os assassinatos, que incluem tanto homicídios quanto latrocínios, foram identificados elementos que denunciavam a mesma LGBTIfobia estrutural nos casos de suicídio. Também se considerou como violentas as mortes ocorridas em função da busca por procedimentos estéticos, do uso de substâncias ilícitas, além de óbitos com causas não identificadas, associadas a contextos de LGBTIfobia.

A elaboração do Dossiê teve como principal desafio a ausência de dados governamentais. Os dados utilizados foram produzidos por meio de notícias publicadas na mídia (jornais e portais eletrônicos) e, quando necessário, essas informações foram complementadas por fontes alternativas, como as redes sociais das vítimas, de pessoas próximas, ou de organizações denunciadoras dos casos de mortes violentas. Para o Dossiê, foram adotados os seguintes procedimentos de seleção e sistematização dos dados: i) levantamento de notícias com base no cadastramento de palavras-chave no *Google Alerts*²; ii)

1 Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>. Acesso em: 07 out. 2022.

2 Palavras-chave como: gay assassinado, gay latrocínio, gay homicídio, gay morto, gay suicídio, crime homofóbico, homossexual assassinado, homossexual latrocínio, homossexual homicídio, homossexual morto, homossexual suicídio, crime lesbofóbico, lésbica assassinada, lésbica latrocínio, lésbica homicídio, lésbica morta, lésbica suicídio, crime bifóbico, bissexual assassinado, bissexual latrocínio, bissexual homicídio, bissexual morto, bissexual suicídio, bissexual assassinada, bissexual morta, crime transfóbico, travesti assassinado, travesti latrocínio, travesti homicídio, travesti suicídio, travesti assassinada, transexual assassinado, transexual latrocínio, transexual homicídio, transexual morto, transexual suicídio, transexual assassinada, transexual morta, trans assassinado, trans latrocínio, trans homicídio, trans morto, trans suicídio, trans assassinada e trans morta.

avaliação e discussão dos casos após a seleção das notícias consideradas pertinentes ao levantamento; iii) sistematização das mortes, buscando-se identificar as características das vítimas (orientação sexual, identidade de gênero, raça/etnia, idade e profissão/ocupação) e das mortes (período e local de ocorrência, causa, tipificação e cidade/unidade da federação em que os casos foram noticiados); e iv) representação cartográfica das mortes em três escalas de análise: municipal, estadual/distrital e macrorregional.

Este texto objetiva apresentar os principais resultados do Dossiê, com destaque para a dimensão espacial das mortes violentas da população LGBTI+ no Brasil em 2021. Optou-se por submetê-lo à seção "Diálogo Movimentos Sociais" por se acreditar que o trabalho pode oferecer uma importante contribuição ao conjunto de textos que a constituem. Publicada na "Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero" desde 2015, a seção reúne, até o momento, trabalhos que destacam a atuação de movimentos sociais organizados e da sociedade civil na luta por direitos, reconhecimento e visibilidade das mulheres e da população LGBTI+, tanto no Brasil quanto no exterior³. A seção também dispõe de dois dossiês temáticos que dão significativa visibilidade a essa população: o primeiro, publicado no volume 9/2, que expõe trabalhos produzidos exclusivamente por homens trans e mulheres travestis e transexuais, na busca de um novo lugar para os saberes desenvolvidos por essas pessoas (Benevides; Lee, 2018); e o segundo, lançado na edição 12/1, intitulado "Homens Trans" e "Transmasculinidades", que agrega textos elaborados por e acerca de homens trans e pessoas transmasculinas, a fim de problematizar a limitada visibilização dessas produções (Romero; Lenzi; Torres, 2021).

Dentre os diversos textos publicados na seção "Diálogo Movimentos Sociais", o de Nogueira (2018) também adota a violência contra a população LGBTI+ como elemento central, sobretudo em relação às pessoas trans. A autora relata a experiência desenvolvida como professora de Geografia em 2012, quando buscava mapear o assassinato de pessoas LGBTI+ no país, haja vista a ausência de dados oficiais a respeito. O projeto realizado deu origem ao Observatório Trans⁴, que monitora a violência praticada contra a população trans no Brasil, cujo material produzido contribuiu para a elaboração do Dossiê aqui apresentado.

Além desta introdução, este texto está dividido em três partes: no item "Violência contra a população LGBTI+ no Brasil", aborda-se o perfil das vítimas e as condições das mortes ocorridas em 2021. Já no item "Distribuição espacial das mortes de LGBTI+ no Brasil", apresenta-se um esforço de representação cartográfica das mortes, a fim de problematizar a sua distribuição espacial no território nacional. Finalmente, nas "Considerações finais", expõe-se algumas limitações da pesquisa, sobretudo em relação às fontes utilizadas.

3 Dentre as experiências brasileiras, destaque-se os trabalhos de Golin (2015), Barnart e Bauer (2017), Campos (2017), Nogueira (2018) e Pimentel *et al.* (2019). Já as experiências estrangeiras podem ser observadas nos trabalhos de Zárate e Jorba (2016), Fernández (2016), Colombara (2020), Ferreira (2022) e López (2022).

4 Disponível em: <<https://observatoriotrans.org/monitoramento-de-violencia>>. Acesso em: 07 out. 2022.

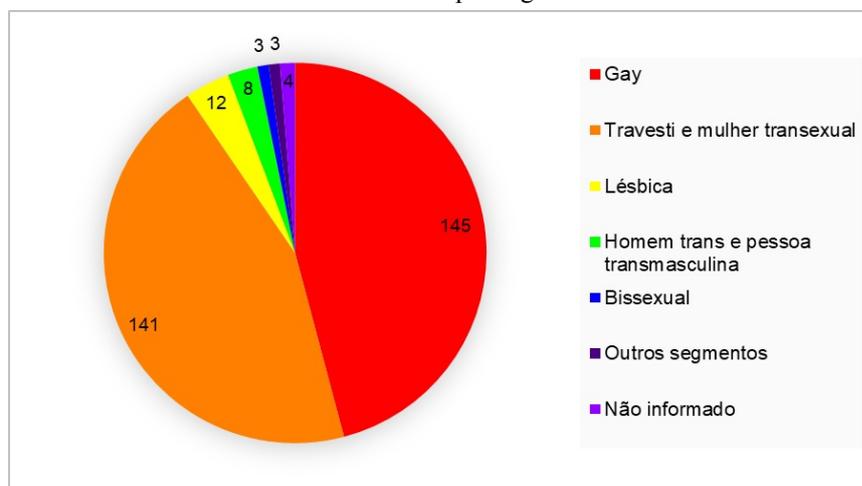
Violência contra a população LGBTI+ no Brasil

A população brasileira LGBTI+ tem sido vitimada por diferentes formas de violência, de modo que o Brasil se constitui em um país extremamente inseguro para esse grupo. Em função da LGBTIfobia estrutural, essas pessoas são colocadas em situação de vulnerabilidade por não se enquadrarem em um padrão socialmente referenciado na heteronormatividade, na binariedade e na cisnormatividade. A série histórica apresentada no Dossiê indica que, entre 2000 e 2021, 5.362 pessoas morreram em função do preconceito e da intolerância de parte da população, e devido ao descaso das autoridades responsáveis pela efetivação de políticas públicas capazes de conter os casos de violência. Em 2021, registrou-se um total de 316 mortes de pessoas LGBTI+.

Para uma melhor compreensão das mortes ocorridas em 2021, o Dossiê agrupou as vítimas em seis possíveis segmentos LGBTI+, pensados a partir da orientação sexual e da identidade de gênero dessas pessoas. São eles: gay; lésbica; bissexual; travesti e mulher transexual; homem trans e pessoa transmasculina; e outras pessoas vitimadas pela LGBTIfobia, identificadas nos gráficos e tabelas do documento como “outros segmentos”⁵. É evidente que a escolha dessas seis categorias não dá conta da multiplicidade de expressões identitárias da população LGBTI+, entretanto, para fins de análise, entendeu-se que elas permitiriam uma percepção mais acurada do perfil das vítimas e das motivações das violências praticadas.

Dentre os seis segmentos analisados, dois grupos foram os mais violentados, reunindo um pouco mais de 90% dos casos: a população de homens gays, representando 45,89% do total (145 mortes); e as travestis e mulheres trans, com 44,62% dos casos (141 mortes). Também foram encontrados casos de mulheres lésbicas, com 3,80% das mortes (12 casos); homens trans e pessoas transmasculinas, com 2,53% (oito mortes); pessoas bissexuais, com 0,95% (três mortes); e pessoas identificadas como outros segmentos, também com 0,95% (três mortes). Houve, ainda, quatro pessoas cujo segmento (orientação sexual e/ou identidade de gênero) não foi identificado, representando 1,27% do total (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Mortes de LGBTI+ no Brasil por segmento em 2021



Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras com base em Acontece, Antra e ABGLT, 2022.

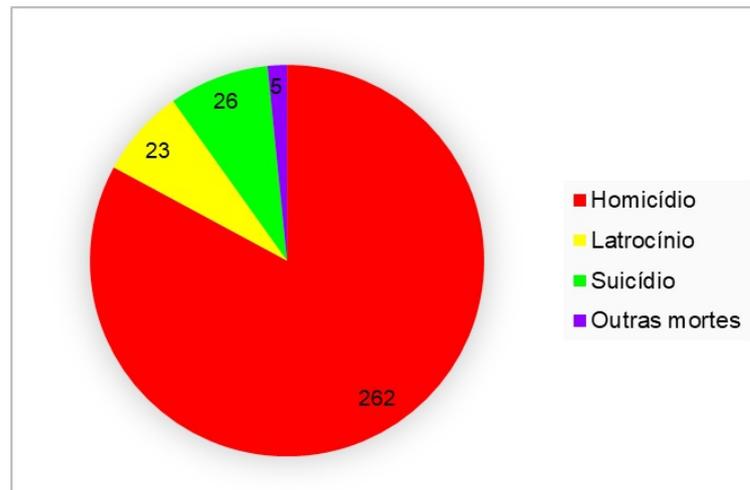
Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi



Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

Agressões físicas e verbais, negativas de fornecimento de serviços e tentativas de homicídio, perpetradas em diferentes ambientes – doméstico, via pública, cárcere, local de trabalho, etc., foram alguns dos tipos de violência identificados. Houve uma maioria de 262 homicídios (82,91% do total), além de 23 latrocínios, que corresponderam a 7,28% dos casos. Juntos, homicídios e latrocínios representaram 90,19% das mortes violentas. Houve também um número significativo de suicídios, com 26 casos registrados (8,23%), o que evidencia possíveis danos causados pela LGBTIfobia estrutural, que impacta a saúde mental das pessoas, podendo levar a intenso sofrimento ou, até mesmo, à retirada da própria vida por pessoas em situação de vulnerabilidade (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Tipificação das mortes de LGBTI+ no Brasil em 2021



Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras com base em Acontece, Antra e ABGLT, 2022.

O Dossiê procurou reconhecer o perfil das vítimas, a fim de compreender a diversidade de dinâmicas e práticas socioespaciais vivenciadas por essa população. Travestis e mulheres transexuais, por exemplo, têm sido alvo preferencial de ataques em espaços públicos, ao mesmo tempo que sua exclusão social é marcada por obstáculos de diferentes naturezas, como a dificuldade de acesso à educação formal e ao mercado formal de trabalho, assim como a falta de oportunidades em função da condição de travestilidade e transexualidade dessas pessoas.

A violência física e psicológica contra pessoas LGBTI+ no Brasil atinge todas as raças/etnias, idades, classes sociais e profissões, ainda que de maneira diversa e, em alguns casos, desigual. A idade das vítimas variou de 13 a 67 anos, em 2021. A maioria das mortes ocorreu com pessoas adultas jovens que possuíam entre 20 e 29 anos: 96 casos (30,38% do total). As demais faixas etárias das vítimas corresponderam às seguintes proporções: 22 pessoas com idade entre 10 a 19 anos (6,96%), das quais 11 eram menores de idade, possuindo entre 13 e 17 anos; 68 pessoas entre 30 e 39 anos (21,52%); 36 pessoas entre 40 e 49 anos (11,39%); 21 pessoas entre 50 e 59 anos (6,65%); e 13 pessoas entre 60 e 69 anos (4,11%). Não foi possível identificar a idade de

5 Incluiu-se nessa categoria pessoas cisgêneras que se identificavam ou foram identificadas por terceiros como heterossexuais e que, ainda assim, foram mortas ou se suicidaram em decorrência dos reflexos da LGBTIfobia estrutural.

Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi

60 vítimas, o que corresponde a 18,99% do total.

Dos 316 casos registrados, identificou-se a raça/etnia de 240 pessoas, que corresponderam a 75,95% do total. Percebe-se uma distribuição aproximada das mortes entre pessoas brancas, com 127 casos (40,19%); e pretas/pardas, com 112 casos (35,44%). No caso de pessoas indígenas, houve apenas um caso, o qual representa 0,32% do total.

O Dossiê identificou a profissão/ocupação de 156 vítimas, menos de 50% do total de mortes registradas em 2021, o que relativiza esse resultado e, ao mesmo tempo, demonstra a invisibilização dessa população, que não é reconhecida pela sua atividade de trabalho, mas pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A atividade mais praticada pelas vítimas foi a prostituição (12,03%), o que aponta tanto para o grau de exclusão e violação de direitos básicos de uma ampla parcela da comunidade LGBTI+ brasileira, sobretudo pessoas trans, quanto para a possibilidade de essas pessoas terem sido mortas no exercício da sua ocupação como profissionais do sexo.

Foram observadas outras 50 profissões/ocupações atribuídas às vítimas⁶, sendo as mais frequentes: 23 professoras/es (7,28%), das/os quais 21 eram homens gays e duas eram travestis ou mulheres transexuais; 16 cabeleireiras/os (5,06%), sendo 11 homens gays e 5 travestis ou mulheres transexuais; e 10 estudantes (3,16%), dos quais quatro eram menores de idade.

Foram observadas 26 diferentes *causa mortis*, ou seja, as causas dos óbitos de LGBTI+ no Brasil, o que reflete a multiplicidade de atos violentos praticados contra essa população vulnerável. As duas *causa mortis* mais frequentes foram: esfaqueamento, com o falecimento de 91 pessoas (28,80%); e armas de fogo, com 83 mortes (26,27%). Em seguida, foram registrados 20 óbitos por espancamento (6,33%), 10 mortes por asfixia (3,16%), 8 assassinatos por perfurações no corpo (2,53%), e 7 por queimaduras (2,22%). Em 54 dos casos (17,09%), não se obteve informações sobre a *causa mortis*. A violência se configurou como um elemento presente também nas *causa mortis* menos recorrentes, como traumatismos cranianos, atropelamentos, enforcamentos, estrangulamentos, apedrejamentos, pauladas, esartejamentos, torturas, entre outros⁷.

Dentre os 316 casos noticiados em 2021, o número de mortes em espaços públicos e privados foi bastante aproximado: 151 ocorreram em espaços privados (47,78%), como residências, presídios, hotéis, bares e locais de trabalho; e 135 se deram em espaços públicos (42,72%), como vias públicas, praças, parques, margens de rio e áreas de mata. Dentre os segmentos,

6 As demais profissões/ocupações observadas, não ultrapassando quatro casos cada, foram: empresário, servidor público, desempregado, enfermeiro, aposentado, artista, ator, comerciante, corretor, cozinheira/o, dentista, ex-vereador/a, operador de telemarketing, pai de santo, trabalhador rural, vendedor/a, advogado, arquiteto, artesão, assistente social, blogueiro, cantor, circense, colunista, comerciante, designer de moda, diarista, drag queen, ex-assessor parlamentar, garçom, gerente de loja, industrial, inspetor de saneamento ambiental, jogador de vôlei, jornalista, líder comunitária, maquiador, médica, modelo, mototaxista, padre, pescadora, psicólogo, secretário de cultura, supervisor de empresa e técnico de usina.

7 As demais *causa mortis* notificadas, com um caso para cada registro, foram: acidente de trânsito, afogamento, atropelamento intencional, desaparecimento, ferimento na cabeça, hemorragia, mal súbito, medicamentos, overdose, procedimento estético, trombo cardiopulmonar e violência auto-infligida.

percebeu-se que os homens gays tenderam a morrer em espaços privados, enquanto as mulheres transexuais e travestis foram mortas de forma violenta em espaços públicos.

Em 2021, a maior parte das mortes ocorreu no período noturno: foram 152 casos, correspondentes a quase metade do total (48,10%). Esse dado indicou a relevância das práticas profissionais – como a prostituição –, culturais e de lazer da população LGBTI+ realizadas no período da noite, o que demanda maior atenção do poder público na garantia da segurança desse grupo em situação de vulnerabilidade. O Dossiê não identificou o período de ocorrência de 129 casos (40,89% do total), dado que demonstra a necessidade de acesso a outras fontes de pesquisa, sobretudo governamentais, visto que a imprecisão das informações contidas em jornais, redes sociais e afins dificulta uma análise mais apurada desses casos.

Distribuição espacial das mortes de LGBTI+ no Brasil

O Dossiê apresentou um conjunto de mapas, por entendê-los como um importante instrumento de compreensão da realidade, capaz de subsidiar a ação das instâncias competentes na luta contra a LGBTIfobia estrutural. Foram produzidos mapas em três escalas de análise: municipal, estadual/distrital e macrorregional. A adoção dessas escalas contribuiu para a interpretação do fenômeno das mortes de LGBTI+ na dimensão local, evidenciando municípios, cidades e regiões metropolitanas mais violentas; e na dimensão extra local, que envolveu a escala das unidades da federação (estados e Distrito Federal) e das cinco macrorregiões brasileiras estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que explicitam os grandes territórios em que as pessoas LGBTI+ se encontravam mais vulneráveis.

As mortes violentas de pessoas LGBTI+ ocorreram dispersas por todo o território brasileiro em 2021. Foram registrados óbitos nas cinco macrorregiões do país, em 26 das 27 unidades da federação (UFs) e em 197 dos 5.570 municípios existentes no Brasil. A preocupação com a representação cartográfica da distribuição espacial das mortes de LGBTI+ se originou da necessidade de reconhecimento das porções do território brasileiro mais hostis a essa população e que, conseqüentemente, demandam maior atenção por parte do Estado na direção de superar esse contexto marcado pela violência.

Em 2021, 316 pessoas LGBTI+ morreram de forma violenta no Brasil. Como o país contava com uma população de 213.317.639 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2021), a média nacional foi de 1,48 morte a cada milhão de pessoas.

Partindo-se para uma análise na escala macrorregional, observou-se variações entre as cinco regiões brasileiras. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram mais de 100 mortes violentas cada: 116 e 103, respectivamente. As demais regiões ficaram em torno de 30 mortes cada uma: 36 no Centro-Oeste; 32 no Norte; e 28 no Sul. Não foi possível registrar o município/UF/macrorregião de apenas uma morte ocorrida em 2021 (Tabela 1 e Mapa 1).

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**



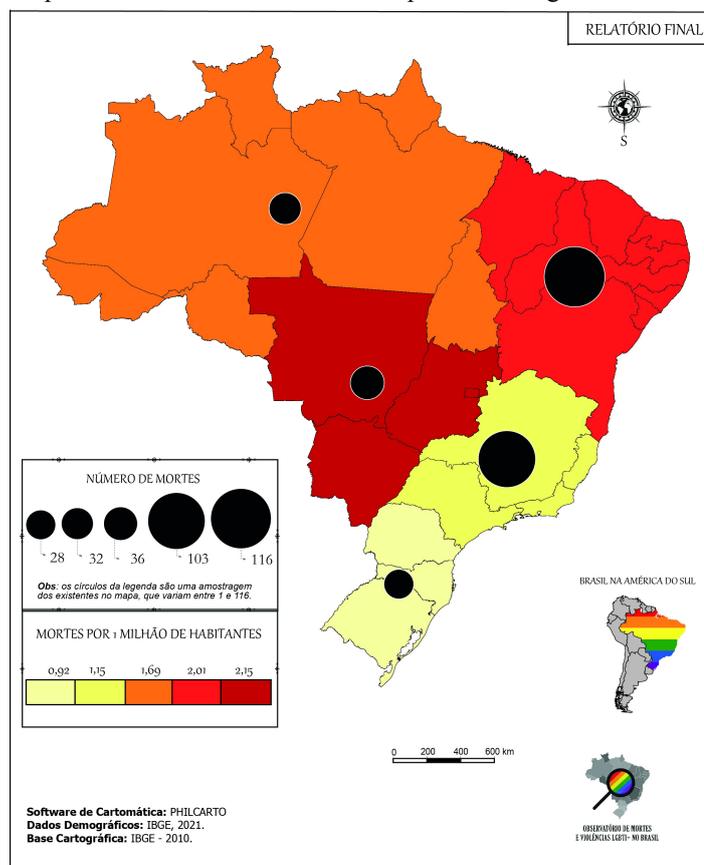
Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

Tabela 1 – Distribuição de mortes de LGBTI+ no Brasil por macrorregião e segmento em 2021

Região	Gay	Travesti e Mulher Transsexual	Lésbica	Homem Trans e Pessoa Trans-masculina	Bissexual	Outros Segmentos	Não Informado	Total de mortes	Mortes por milhão de habitantes
Nordeste	60	46	4	3	2	1	-	116	2,01
Sudeste	42	52	1	3	-	1	4	103	1,15
Centro-Oeste	20	14	1	1	-	-	-	36	2,15
Norte	14	15	3	-	-	-	-	32	1,69
Sul	9	13	3	1	1	1	-	28	0,92
Não Informado	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Total	145	141	12	8	3	3	4	316	1,48

Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras com base em Acontece, Antra e ABGLT, 2022.

Mapa 1 – Brasil: mortes de LGBTI+ por macrorregião em 2021



Fonte: Acontece, Antra e ABGLT, 2022.

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
 Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**



Quando se observa a distribuição regional das mortes por segmento LGBTI+, o Dossiê registrou a ocorrência de óbitos de gays, travestis e mulheres trans e lésbicas em todas as regiões do país (Tabela 1). Chama a atenção o fato de que morreram mais homens gays que travestis e mulheres transexuais no Nordeste (60 contra 46) e no Centro-Oeste (20 contra 14), enquanto o contrário se deu nas regiões Sudeste (52 contra 42) e Sul (13 contra 9), onde as travestis e mulheres transexuais foram as maiores vítimas.

O Centro-Oeste do país, apesar do número relativamente pequeno de mortes (36), foi a macrorregião mais violenta, comparativamente a sua população: 2,15 mortes a cada milhão de habitantes. Também acima da média nacional estavam as macrorregiões Nordeste, com 2,01 óbitos a cada milhão de habitantes; e Norte, com 1,69 falecimento por milhão de habitantes. As macrorregiões Sudeste e Sul foram as menos violentas em termos proporcionais, apesar do elevado número absoluto de mortes na primeira: 1,15 morte a cada milhão de habitantes no Sudeste; e 0,92 morte por milhão de habitantes na região Sul (Mapa 1).

É possível fazer algumas relações entre a quantidade de mortes de LGBTI+ em cada macrorregião brasileira e as condições sociais, econômicas e culturais dessas unidades espaciais. As regiões Sudeste e Sul, consideradas menos violentas em 2021, foram historicamente privilegiadas em termos de acumulação de capital e de investimentos produtivos, o que as caracterizam como espaços de elevada concentração industrial, maior desenvolvimento tecnológico e significativo grau de escolarização e de acesso à informação de sua população, fatores que podem contribuir para realidades menos preconceituosas, violentas e hostis à população LGBTI+.

Já as demais macrorregiões apresentam características diversas. A Nordeste e a Norte, por exemplo, são historicamente marcadas por indicadores socioeconômicos, como renda, escolaridade, acesso a serviços públicos e expectativa de vida inferiores ao restante do país, abrangendo uma população significativa em situação de vulnerabilidade. A região Centro-Oeste, por sua vez, consiste na principal fronteira agrícola do país, a qual vem avançando em direção à Amazônia, sobretudo para a produção de soja e de carne bovina. Áreas ligadas ao agronegócio são frequentemente identificadas como locais violentos, especialmente em função dos conflitos pela terra estabelecidos entre os exploradores e as populações tradicionalmente ocupantes desses locais. Destaca-se o fato de a região Centro-Oeste ter sido, justamente, a mais violenta em termos comparativos a sua população, em 2021.

Dentre as unidades da federação, as que apresentaram maior número de mortes foram São Paulo (42), Bahia (30), Minas Gerais (27) e Rio de Janeiro (26), justamente os quatro estados mais populosos do Brasil. Na outra ponta, com menor quantidade de mortes, estavam o Piauí e Rondônia, com três mortes cada; Amapá, com dois óbitos; e Acre e Tocantins, com um falecimento cada. Roraima foi a única unidade da federação que não apresentou registro de mortes violentas de LGBTI+ em 2021 (Tabela 2 e Mapa 2).

Relacionando-se os casos de mortes às populações de cada unidade da federação, os locais mais violentos, ou seja, com os índices mais elevados de mortes a cada milhão de habitantes, foram Alagoas (4,75 mortes por milhão), Mato Grosso (3,36 mortes por milhão) e Mato Grosso do Sul (3,17 mortes por milhão). Além desses três estados, outras 14 unidades da federação apresentaram

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

número de mortes por milhão de habitantes acima da média nacional, que foi de 1,48, em 2021. Como estados menos violentos em termos relativos, além de Roraima, que não registrou mortes no período, estavam o Rio Grande do Sul (0,44 morte por milhão), Tocantins (0,62 morte por milhão), Santa Catarina (0,68 morte por milhão) e São Paulo (0,90 morte por milhão) (Mapa 2).

É possível fazer algumas relações entre os casos de mortes violentas de LGBTI+ nas unidades da federação brasileiras e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desses territórios. O IDH é considerado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como um indicador do grau de desenvolvimento humano de um determinado recorte espacial, seja ela um país, um estado ou um município. O índice se baseia em três dimensões: i) renda, percebida pela renda média de cada habitante; ii) educação, observada pelo tempo de escolaridade da população em idade escolar e pelo grau de alfabetização da sociedade; e iii) saúde, compreendida pela expectativa de vida ao nascer da população. Alagoas, o estado mais violento contra a população LGBTI+, em 2021, em termos proporcionais, é também o que apresentava o pior IDH do país (Tabela 2). Em 2017, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Alagoas possuía um IDH de 0,683, índice considerado médio.

Tabela 2 – Distribuição de mortes de LGBTI+ no Brasil por UF e macrorregião em 2021

Unidade da Federação	Região	Mortes	Mortes por milhão de habitantes	IDH
São Paulo - SP	Sudeste	42	0,90	0,826
Bahia - BA	Nordeste	30	2,00	0,714
Minas Gerais - MG	Sudeste	27	1,26	0,787
Rio de Janeiro - RJ	Sudeste	26	1,49	0,796
Ceará - CE	Nordeste	20	2,16	0,735
Pernambuco - PE	Nordeste	18	1,86	0,727
Paraná - PR	Sul	18	1,55	0,792
Pará - PA	Norte	17	1,94	0,698
Alagoas - AL	Nordeste	16	4,75	0,683
Maranhão - MA	Nordeste	15	2,10	0,687
Mato Grosso - MT	Centro-Oeste	12	3,36	0,774
Goiás - GO	Centro-Oeste	10	1,39	0,769
Mato Grosso do Sul - MS	Centro-Oeste	9	3,17	0,766
Espírito Santo - ES	Sudeste	8	1,95	0,772
Amazonas - AM	Norte	8	1,87	0,733
Paraíba - PB	Nordeste	6	1,48	0,722
Distrito Federal - DF	Centro-Oeste	5	1,62	0,850
Santa Catarina - SC	Sul	5	0,68	0,808
Rio Grande do Sul - RS	Sul	5	0,44	0,787
Sergipe - SE	Nordeste	4	1,71	0,702

Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi

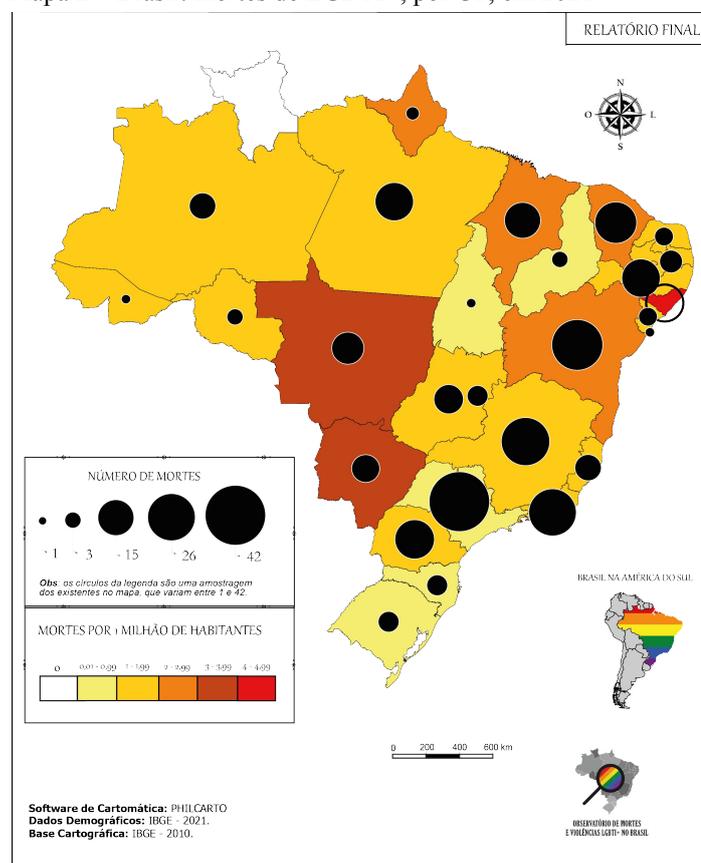


Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

Rio Grande do Norte - RN	Nordeste	4	1,12	0,731
Rondônia - RO	Norte	3	1,65	0,725
Piauí - PI	Nordeste	3	0,91	0,697
Amapá - AP	Norte	2	2,28	0,740
Acre - AC	Norte	1	1,10	0,719
Tocantins - TO	Norte	1	0,62	0,743
Roraima - RR	Norte	0	0,00	0,752
Não informado	N.I.	1	-	-
Brasil	-	316	1,48	0,778

Obs: N.I. = Não Informado. Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras com base em Acontece, Antra e ABGLT, 2022, e PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2017.

Mapa 2 – Brasil: mortes de LGBTI+, por UF, em 2021



Fonte: Acontece, Antra e ABGLT, 2022.

O caso de Alagoas é emblemático por evidenciar que uma população em condição de vulnerabilidade, com acesso limitado a direitos elementares, como saúde, educação, emprego e renda, tende a ser mais violenta. Com essa afirmação, não se pretende fazer uma associação direta entre pobreza e criminalidade, o que seria falso e discriminatório, mas chamar a atenção para a necessidade de ação do Estado em locais desprovidos de recursos básicos e que, infelizmente, tornam-se inseguros, das mais variadas formas, para a sua população. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente o segundo e o terceiro estados mais violentos em termos proporcionais a sua população,

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

239

distanciam-se do caso alagoano, uma vez que possuíam IDH considerado alto e próximo da média nacional (0,778). Contudo, como já tratado anteriormente, ambos estados integram a macrorregião Centro-Oeste, uma área de expansão da fronteira agrícola brasileira caracterizada por elevados índices de violência, apesar da existência de alguns indicadores socioeconômicos mais favoráveis, especialmente a renda média da população.

Dentre as unidades da federação menos violentas contra LGBTI+ no Brasil, em 2021, em termos relativos a sua população, estavam dois estados com IDH considerado muito alto: Santa Catarina (0,808) e São Paulo (0,826). Ambos se destacaram em todas as três dimensões consideradas para o cálculo do IDH – renda, educação e saúde – o que aponta para uma menor vulnerabilidade da população desses estados, apesar das desigualdades existentes e que o índice não é capaz de expressar, percebidas, sobretudo, nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

No que diz respeito aos municípios brasileiros com mais mortes violentas contra LGBTI+ registradas em 2021, os índices mais altos foram observados em algumas das maiores cidades do país: São Paulo (13), Salvador (11), Manaus (8) e Rio de Janeiro (8). Dos dez municípios mais violentos, apenas dois não são capitais estaduais: Feira de Santana (7), cidade baiana de porte médio com mais de 600 mil habitantes, e São Joaquim de Bicas (6), pequena cidade de Minas Gerais que sedia um presídio onde os crimes ocorreram. A Tabela 3 apresenta os 19 municípios brasileiros com maior número de mortes violentas de LGBTI+, em 2021, que corresponderam a 108 das 316 mortes.

O Mapa 3 representa o número de mortes violentas ocorridas em cada município. É possível perceber que alguns municípios concentraram todas as mortes registradas nos seus respectivos estados, como Manaus (AM), Macapá (AP) e Rio Branco (AC). Já em outras unidades da federação, identificou-se uma dispersão das mortes por um número maior de municípios, com destaque para os estados de São Paulo e Minas Gerais, com casos notificados, respectivamente, em 25 e 21 municípios. Chama-se a atenção para a ocorrência de mortes concentradas em torno das grandes cidades brasileiras e suas regiões metropolitanas, como ocorreu em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Finalmente, o mapa evidencia uma maior presença de mortes nas porções do território brasileiro, onde a ocupação populacional é mais adensada, ou seja, onde há um número maior de habitantes por quilômetros quadrados. Nessa direção, destaca-se o litoral nordestino, a porção centro-sul de Minas Gerais, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e a faixa próxima da costa paranaense.

Tabela 3 – Distribuição de mortes de LGBTI+ no Brasil por município, UF e macrorregião em 2021

Município	UF	Macrorregião	Número de mortes
São Paulo	SP	Sudeste	13
Salvador	BA	Nordeste	11
Manaus	AM	Norte	8
Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	8
Curitiba	PR	Sul	7

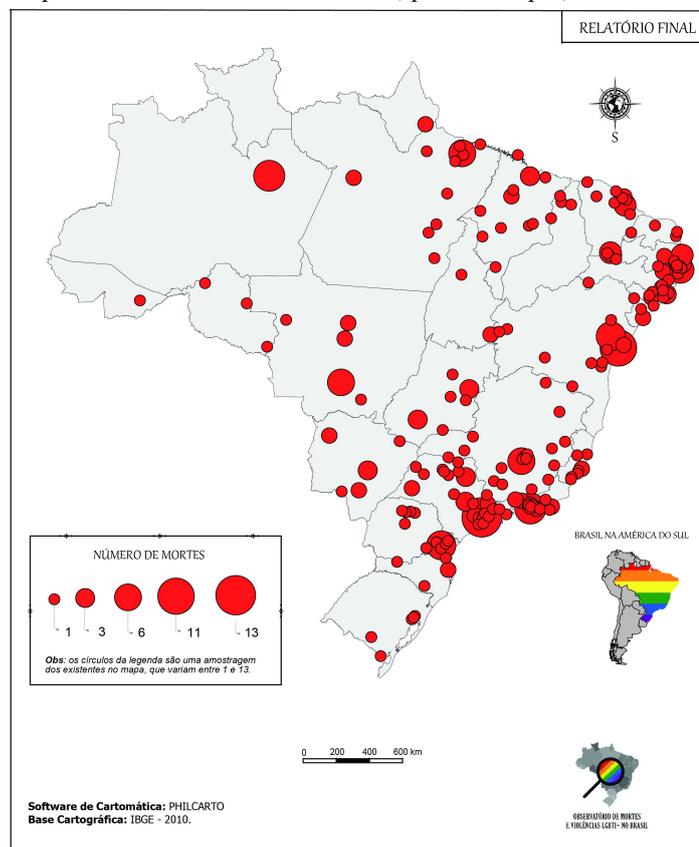
**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

Feira de Santana	BA	Nordeste	7
Belém	PA	Norte	6
Cuiabá	MT	Centro-Oeste	6
Recife	PE	Nordeste	6
São Joaquim de Bicas	MG	Sudeste	6
Chorozinho	CE	Nordeste	4
João Pessoa	PB	Nordeste	4
Juazeiro do Norte	CE	Nordeste	4
Campo Grande	MS	Centro-Oeste	3
Goiânia	GO	Centro-Oeste	3
Maceió	AL	Nordeste	3
Ribeirão Preto	SP	Sudeste	3
Rio Verde	GO	Centro-Oeste	3
São Luís	MA	Nordeste	3
Total			108
Demais municípios			207
Não informado			1
Total			316

Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras com base em Acontece, Antra e ABGLT, 2022.

Mapa 3 – Brasil: mortes de LGBTI+, por município, em 2021



Fonte: Acontece, Antra e ABGLT, 2022.

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

241

Considerações finais

Entende-se a concepção e a existência do Dossiê como uma resposta encontrada pela sociedade civil para a ausência de dados governamentais a respeito das mortes violentas de pessoas LGBTI+ no Brasil. O fato de esse tipo de levantamento ser realizado por movimentos sociais, coletivos e organizações não governamentais evidencia a falta de atenção do Estado à violação de direitos dessa população.

A ausência de dados oficiais e, por consequência, a utilização de informações disponíveis na mídia apontam para uma limitação metodológica da pesquisa. Como se depende dos veículos de comunicação que reportam as mortes para o reconhecimento da identidade de gênero e da orientação sexual das vítimas, é possível que muitos casos de violências praticadas contra LGBTI+ sejam omitidos. Há, provavelmente, uma significativa subnotificação do número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil. Além disso, em muitas notícias analisadas, a disponibilidade de informações foi limitada, o que inviabilizou uma análise mais detalhada de diversos casos.

Um dos objetivos do Dossiê foi denunciar a omissão do Estado em reconhecer a LGBTIfobia como qualificador e agravante nos casos de crimes de ódio contra a população LGBTI+, especialmente quando a orientação sexual e/ou a identidade de gênero são fatores determinantes para a escolha da vítima, assim como para a forma, intensidade e violência com que os casos vêm acontecendo. Desse modo, é importante utilizar as informações encontradas para qualificar e identificar as formas como as discriminações contra pessoas LGBTI+ se manifestam e se organizam, incluindo elementos de ódio, crueldade e processos de humilhação devido à orientação sexual e/ou identidade e expressões de gênero não normativas.

Observando-se os dados sobre violência contra as pessoas LGBTI+ dos últimos anos, fica nítido que o cenário geral de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans, não binárias e demais dissidências sexuais e de gênero pouco avançou em termos de medidas efetivas de enfrentamento da LGBTIfobia por parte do Estado. Mesmo em um cenário em que se tem alcançado conquistas consideráveis junto ao Poder Judiciário, percebe-se a recorrente inércia do Legislativo e do Executivo ao se omitirem diante da LGBTIfobia, que segue acumulando vítimas e que permanece enraizada tanto no Estado quanto em toda a sociedade.

Considera-se necessário evidenciar as dificuldades encontradas na produção e na divulgação dos dados elaborados pela sociedade civil e movimentos sociais, como é o caso do "Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em 2021", a fim de garantir maior consistência e fidedignidade das informações sobre as mortes violentas de LGBTI+ no país. Essa preocupação é relevante para que os dados produzidos subsidiem a elaboração de políticas públicas pelas esferas governamentais (municipal, estadual/distrital e federal) e possibilitem um avanço na discussão em torno das violências e violações sofridas pela população LGBTI+ e no combate à LGBTIfobia estrutural. Espera-se, com este trabalho de divulgação do Dossiê, estimular o debate acerca da violência contra a população LGBTI+ no âmbito dos estudos geográficos de gênero e sexualidade, assim como convidar a comunidade acadêmica a participar desse esforço de construção coletiva em defesa das pessoas LGBTI+.

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

Referências

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>>. Acesso em: 16 out. 2022.

BARNART, F.; BAUER, L. ‘Sabia que estaria aqui’: relatos sobre os processos criativos do Projeto ‘Uma Cidade pelas Margens’. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 438-467, 2017.

BENEVIDES, B.; LEE, D. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.

CAMPOS, M. P. O movimento feminista e a luta contra a violência sexual: quando a militância e produção científica se encontram. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 379-400, 2017.

COLOMBARA, M. Violencia contra las Mujeres en el conurbano bonaerense: praxis feminista territorial, aporte estadístico y política pública. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 306-325, 2020.

FERNÁNDEZ, A. G-S. Yes, we Fuck! El Grito de la Alianza Queer-Crip. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 2, p. 226-242, 2016.

FERREIRA, E. Estar na academia é também estar no ativismo – há outra forma?. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 244-252, 2022.

GOLIN, C. De mãos dadas na rua ainda é muito pouco. Classe social e acesso ao poder. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 287-290, 2015.

IBGE. **Estimativa da População 2021**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-etimativas-de-populacao.html>>. Acesso em: 16 out. 2022.

LÓPEZ, V. M. Q. Propuesta para una Geografía Lésbica Mexicana. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 253-276, 2022.

NOGUEIRA, S. N. B. Da cartografia da resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018.

PIMENTEL, I. I. *et al.* Descortinando os paradigmas da violência de gênero:

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência

um debate além dos muros do IFRJ. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 271-291, 2019.

PNUD BRASIL; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2017**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 16 out. 2022.

ROMERO, F. F.; LENZI, M. H.; TORRES, M. Presentación al Dossier: Hombres Trans y Transmasculinidades. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 259-263, 2021.

ZÁRATE, M. R.; JORBA, M. Nuevas piedras para la reconstrucción de Kobanê: una Revolución Feminista en Kurdistán. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 178-186, 2016.

Contribuição de Autoria / Contribución de Autoría

Maria Helena Lenzi: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Tiago Cargnin Gonçalves: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Alexandre Bogas Fraga Gastaldi: Conceituação, Curadoria de dados, Obtenção de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto.

Recebido em 01 de fevereiro de 2023.

Aceito em 05 de maio de 2023.

**Maria Helena Lenzi, Tiago Cargnin Gonçalves,
Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

244